

1

Ortodoxias da “Nação”.

O conceito de nação pode ser caracterizado como um termo bastante controverso. Sua capacidade de aplicação a diversas situações distintas dificulta a criação de um consenso teórico em torno de seu significado. Alguns estudiosos podem se referir a nação através de definições sagradas, políticas, comunitárias, subjetivas, sem encontrar um caminho seguro para determinar de modo incontestado o significado do termo. Independente de qual for a acepção conferida à idéia de “nação”, e conseqüentemente a de “nacionalismo”, não se pode ignorar a relevância desse conceito na tarefa de atribuir sentido à maneira como os homens criam laços de identidade no mundo contemporâneo.

Para compreender a impossibilidade de concordância teórica entre os estudiosos do conceito de nação, torna-se preciso caracterizar cada modelo interpretativo criado com o propósito de melhor resolver as vicissitudes da questão nacional. Uma das mais importantes discussões acerca do conceito de nação refere-se a identificação do momento em que as nações passaram a existir na história da humanidade. Um certo grupo de estudiosos passou a subscrever que as nações sempre existiram, uma vez que suas origens poderiam ser encontradas em épocas imemoriais; os adeptos dessa forma de se compreender a nação podem ser enquadrados na perspectiva do *perennialismo*¹. Trata-se de uma explicação do conceito de nação como uma comunidade “eterna” passível de ser observada em tempos históricos distantes, pois o elemento empírico que determina a existência de uma nação é a sua antiguidade.

O *perennialismo* pode ser concebido através de duas formas distintas. A maneira mais recorrente desse paradigma é o “*perennialismo contínuo*”, que destaca a idéia de que toda nação possui uma história longa e sucessiva. A permanência das nações na história da humanidade torna-se conseqüência da lentidão atribuída ao movimento de constituição de qualquer identidade cultural

¹ “An older generation of historians, many of them influenced by an organic version of nationalism, tended to see nations everywhere in the historical record, from the ancient Egyptians and Babylonians to the modern French and British, and to explain the history of humanity in terms of national alignments and conflicts. Nations, in other words, were perennial collective actors but not natural or primordial”. Anthony D. Smith. *Myths and Memories of the Nation*. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 5.

coletiva. A legitimidade de formas identitárias coletivas como as nações encontra-se vinculada a capacidade dessas experiências se apresentarem de modo contínuo, sobrevivendo a transformações históricas de ruptura como as guerras e a formação dos impérios.

O outro modelo possível é o “perennialismo periódico”. Essa concepção teórica admite que as nações, mesmo eternas, são suscetíveis a mudanças ao longo do tempo. Mesmo que o sentimento de nacionalidade seja universal e atemporal, a nação pode ser expressa de formas diferentes em épocas e espaços distintos, vivenciando as atribulações comuns a qualquer movimento de identidade coletiva². A principal afirmação que se extrai da perspectiva perennialista de nação é a de que as nações são elementos dependentes de laços afetivos de parentesco, recorrendo a fortes emoções básicas que reafirmam sentimentos comuns a um conjunto de homens. Os perennialistas não admitem supor que a nação é uma construção artificial racionalmente constituída, característica que colocaria em questão o caráter imemorial da experiência nacional. Dessa forma, tanto para o perennialismo contínuo quanto para o periódico, torna-se possível identificar a existência de nações em movimentos históricos cada vez mais distantes do presente, já que a autenticidade de qualquer nação encontra-se relacionada com a ancestralidade de sua formação.

Um segundo modelo interpretativo do conceito de nação é aquele que destaca uma concepção orgânica para o termo, o primordialismo. A origem desse paradigma remonta ao “espírito de retorno ao estado de natureza” criado por Rousseau como resposta ao desenvolvimento da corrupção no homem urbano de seu tempo. Um primeiro tipo de primordialismo entende que as nações encontram-se ausentes do contrato social (portanto, em estado de natureza), permanecendo como base do processo de desenvolvimento humano. Enquanto organismos naturais, as nações estariam sujeitas às leis da natureza, participando a humanidade do plano divino³. O caminho encontrado por esses “primordialistas organicistas” para justificar a existência de nações reforça a necessidade de se

² “The second kind of perennialism is about nation – in – general. It claims that nations come and go, emerge and dissolve, only to reappear continually in different periods and continents; and here, we may speak of a recurrent perennialism”. Anthony D. Smith. Op.cit, p. 6.

³ “The first (kind of primordialism) is popular, and, as we saw, nationalist. It sees nations as elements of nature, or the divine plan, not just of history. Nations, as the Abbé Sièyes put it, ‘exist in the state of nature’, and as such are the ultimate source of power, will, and law. They are like natural organisms, subject to the laws of nature, forgotten and silent perhaps, but continuing to exist beneath the debris of history until the moment of their rebirth”. Ibid, p. 4.

buscar em explicações metafísicas uma definição do conceito de nação e de nacionalismo.

A segunda variedade de primordialismo é a que recorre a explicações “sociobiológicas” para embasar seus argumentos. A busca pela origem das nações tem início nos impulsos de reprodução genética implícitos dos indivíduos e nas estratégias inclusivas de melhor aproveitamento de suas combinações genéticas. As nações seriam, portanto, redes de afinidade biológica, em uma espécie de parentesco alargado formador de uma comunidade étnica “nepotista”. O problema desse tipo de identidade coletiva de vínculo genético é que a noção alargada de parentesco parece não comportar uma atividade política em proporções nacionais. O desenvolvimento político não pode ser explicado apenas pela conduta individual ou familiar. Outro ponto questionável do primordialismo sociobiológico é sua submissão a um único mito de origem biológica. A dificuldade em se comprovar uma fonte genealógica exclusiva para a nação invalida a possibilidade de se recusar a multiplicidade de origens étnicas que geralmente fundamentam uma comunidade nacional.

A última versão do primordialismo, que defende a relação entre grupos étnicos e “dons culturais da vida social”, goza de uma influência maior do que as outras versões. Esse “primordialismo cultural” serve de arcabouço teórico para autores como Clifford Geertz, defensor do argumento de que as afinidades primordiais são extraídas de crenças humanas vistas como “dons” com poder altamente coercitivo⁴. A principal crítica que Geertz sofre refere-se ao caráter a-histórico de sua concepção de cultura. A pretensa universalidade atribuída a esse conceito impede que a construção de determinadas redes culturais entre os seres humanos seja possível de ser datada. O processo de naturalização dos dons que compõem os grupos étnicos relega ao indivíduo a responsabilidade de construir uma identidade pessoal alicerçada em afinidades extraídas desses “dons”. Cada indivíduo acredita no caráter primordial de sua nação e, a sobrevivência dessa identidade nacional depende da crença no aspecto natural dos elementos comuns aos integrantes da nação.

⁴ “Finally, there is the familiar cultural variety of primordialism, associated with Edward Shils and Clifford Geertz. Geertz, in particular, while dismissing the political significance of biological descent groups, spoke of the overwhelming power of the primordial tie attributed to the givens of human existence, namely, congruities of blood, speech, custom, religion, and territory, givens that threatened to dissolve the civil ties of the modern state”. *Ibid*, pp. 4 -5.

A exposição das teorias perenialistas e primordialistas do conceito de nação parece não atender a necessidade de refutação ou confirmação da modernidade do termo. Essa controvérsia ganha fôlego quando se torna imperativo explicitar o sentido da palavra “nação” em apropriações políticas de sociedades do século XX. Para melhor encontrar o significado desse conceito em determinada experiência histórica, alguns autores preocuparam-se em traçar um inventário “modernista” da utilização do termo para reconstituir sua trajetória historiográfica e, a partir desse trabalho quase arqueológico, compreender as raízes semânticas do conceito em experiências de distintas temporalidades.

Um oportuno exemplo dessa perspectiva é a maneira como Eric Hobsbawm tenta resolver a polêmica assinalada. A origem do sentido moderno do conceito de nação é encontrada no interior do século XVIII, responsável por indagações políticas preocupadas em discutir e classificar grupos humanos, sem ao menos conseguir estabelecer critérios regulares de identificação e definição teórica do conceito de nação. Esse fracasso histórico ainda não pôde ser superado⁵. A tentativa de uma definição sistemática de preceitos que sejam capazes de identificar o que é uma nação, não foi resolvida porque qualquer modelo criado para esse fim defrontou-se em algum momento com uma exceção às categorias vigentes. Para Hobsbawm, não há elementos sólidos capazes de sedimentar de maneira objetiva as vicissitudes do processo de formação de comunidades humanas⁶.

Entretanto, o autor afirma que diante da imprecisão objetiva própria do termo “nação” parece ser mais razoável caracterizá-lo através de uma perspectiva subjetiva facilmente adaptável às diferentes formas e critérios objetivos responsáveis pela definição teórica de uma nação. Mas, a subjetividade do termo também não deixaria de ser um preceito insuficiente à medida que atribui exclusivamente ao voluntarismo a possibilidade de definir os membros e portanto,

⁵ “Pois a principal característica desse modo de classificar grupos humanos é que – apesar da alegação, daqueles que pertencem a uma nação, de que ela é, em alguns sentidos, fundamental e básica para a existência social de seus membros e mesmo para a sua identificação individual – nenhum critério satisfatório pode ser achado para decidir quais das muitas coletividades humanas deveriam ser rotuladas desse modo”. Eric Hobsbawm. *Nações e Nacionalismo desde 1780 – Programa, Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 3ª. edição, p. 14.

⁶ “Além disso, como veremos, os critérios usados para esse objetivo – língua, etnicidade ou qualquer outro – são em si mesmos ambíguos, mutáveis, opacos e tão inúteis para os fins de orientação do viajante quanto o são as nuvens se comparadas com a sinalização de terra”. *Ibid*, p. 15.

as características de uma dada nação. Essa insuficiência teórica se apresenta a partir da impossibilidade de se abreviar a nação a um campo único de classificação, já que a opção de pertencer a uma nação se baseia em uma diversidade de escolhas incapazes de serem reduzidas⁷.

Diante das armadilhas teóricas que o termo nação apresenta aos que desafiam seu significado, torna-se arriscado partir de uma definição previamente estabelecida. A investigação conceitual de “nação” deve caminhar no sentido de refutar definições prévias do termo, tentando identificar os elementos históricos, políticos, sociais e culturais que localizam e integram a maneira como o conceito é construído a partir do processo revolucionário iraniano de 1979, considerando os elementos conjunturais que o caracterizam naquela experiência histórica.

Nesse sentido, a dependência da nação ao Estado não parece ser a única estratégia possível para a compreensão do termo assinalado. A necessidade de relacionar a nação ao Estado, ao mesmo tempo em que serve para especificar a modernidade do conceito, de acordo com Hobsbawm⁸, limita a definição conceitual à esfera política e induz a crença de que a nação é sempre definida pelo indivíduo ou grupo que controla o Estado. Hobsbawm não deixa de ressaltar a importância de elementos não-políticos na caracterização de uma nação, mas em alguns momentos, torna-se possível identificar uma subordinação das diversas dimensões do termo ao caráter político do mesmo. Para tanto, cabe ressaltar a defesa que Hobsbawm realiza da “divisão de Hroch da história dos movimentos nacionais em três fases”. Além de essa proposta ser excessivamente esquemática e eurocêntrica, ela separa as três fases a partir do nível de envolvimento dessas etapas com a atividade política e o número de pessoas envolvidas nesses “projetos políticos nacionais⁹”.

⁷ “Na verdade, também não é possível reduzir nem mesmo a ‘nacionalidade’ a uma dimensão única, seja política, cultural ou qualquer outra (a menos, é certo, que se seja obrigado a isso pela *force majeure* dos Estados)”. *Ibid*, p. 17.

⁸ “Ela (a nação) é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o ‘Estado-nação’; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação. (...) As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto”. *Ibid*, p. 19.

⁹ “Segundo, e em consequência, sigo a útil divisão de Hroch da história dos movimentos nacionais em três fases. A fase A, que se desenvolveu na Europa do século XIX, foi puramente cultural, literária e folclórica, sem implicações políticas particulares e mesmo nacionais, tanto quanto as pesquisas (feitas por não-romenos) da Gypsy Lore Society para os sujeitos pesquisados. Na fase B, encontramos um conjunto de pioneiros e militantes da “idéia nacional” e o começo das campanhas políticas em prol dessa idéia. o principal corpo do trabalho de Hroch se refere a essa fase e à análise das origens, composição e distribuição dessa *minorité agissant*. minha preocupação no presente livro é mais com a fase C, quando os programas nacionalistas adquirem sustentação de

Mesmo envolto em uma observância radical pelo significado fortemente político do termo nação (subordinando outras dimensões da nação), Hobsbawm consegue comprovar a pertinência desse sentido político e através dela, explicitar a modernidade do conceito invocando os dicionários europeus dos séculos XVIII e XIX. A ênfase da análise documental desse autor se dá a partir de 1830, quando o conceito moderno de nação passa a ser incorporado aos discursos políticos como “princípio da nacionalidade”. A acepção política de nação tentava aproximar o Estado e seus subordinados aos preceitos das revoluções americana e francesa de fins do século XVIII. O resultado dessa equalização entre Estado e nação cria a necessidade de se relacionar o termo “nação” ao território controlado pelo Estado, o que se mostra incontestável como expressão da dimensão exclusivamente política do termo¹⁰. Assim, torna-se preciso estabelecer uma diferença entre essa definição da “nação revolucionária” do século XVIII e as tentativas de se instituir critérios legítimos de nacionalidade para Estados-nações elaborados por pensadores do século XIX que se preocupavam em justificar de maneira perenialista como a língua, a religião e elementos comuns poderiam servir como identificadores de unidade nacional.

A questão teórica sobre a formação de nações passava a ser ainda mais central ao longo da construção do discurso político do século XIX. O termo trazia agora, o debate sobre quais nacionalidades teriam legitimidade suficiente para se instituir como Estados e quais Estados já constituídos seriam capazes de se legitimar através de um caráter nacional. Tratava-se da concretização da coincidência entre Estado e nação a partir de critérios artificiais de identificação de nações¹¹. Um dos reflexos da importância da aproximação entre Estado e nação nesse período é o campo econômico do século XIX. Os Estados continuavam a ter

massa – e não antes – ou, ao menos, alguma das sustentações de massa que os nacionalistas sempre dizem representar. A transição da fase B para a fase C é, evidentemente, um momento crucial na cronologia dos movimentos nacionais. Algumas vezes, como na Irlanda, ocorre antes da criação de um Estado nacional; mas, provavelmente, ocorre com muito mais frequência depois, como uma consequência dessa criação. Outras vezes, como no assim chamado Terceiro Mundo, a transição não ocorre nem mesmo então. *Ibid*, p. 21.

¹⁰ “A equação nação = Estado = povo e, especialmente, povo soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território, pois a estrutura e a definição dos Estados eram agora essencialmente territoriais”. *Ibid*, p. 32.

¹¹ “No entanto, desde que o número de Estados-nações era pequeno no início do século XIX, a questão óbvia para as mentes inquiridoras era quais das numerosas populações européias classificáveis como uma ‘nacionalidade’, com alguma base, poderiam tornar-se um Estado (ou alguma forma menor com reconhecimento administrativo e político distinto) e quais dos numerosos Estados existentes estariam imbuídos do caráter de ‘nação’. A construção de listas com critérios de existência de nação potenciais ou reais servia a esse objetivo”. *Ibid*, p. 36.

o controle de uma série de oportunas funções econômicas, mesmo que o liberalismo econômico defendesse o distanciamento da intervenção dos Estados na economia. Até mesmo os programas de crescimento econômico buscavam uma competitividade que levava em consideração a rivalidade entre territorialidades como motor do desenvolvimento econômico nacional, posto que qualquer economia nacional européia buscava sobrepor-se a posição hegemônica da economia inglesa¹². Hobsbawm chega a citar a definição liberal de nação do economista alemão Friedrich List, ressaltando que “...um território extenso e uma grande população, dotados de múltiplos recursos nacionais, são exigências essenciais da nacionalidade normal¹³”. O que se pode extrair da formulação de um conceito liberal de nação em List é que, independente da necessidade de grandes extensões e populações para o desenvolvimento da economia nacional, a ligação entre Estado e nação se fortalece por somar-se à economia. Mas, se as dimensões físicas do território são relevantes, a nação depende de um contínuo estado de expansão que realizar-se-ia pela união ou conquista de populações que, por si só, seriam incapazes de atingir uma extensão territorial que favorecesse o desenvolvimento de sua economia.

Não se pode negar então que, a concepção liberal de nação “realizável” era uma expressão da idéia de progresso humano defendida pelo século XIX, integrando a nação moderna ao ideário do liberalismo¹⁴. O princípio de nacionalidade submetido às categorias criadas pelo liberalismo para definir a nação não permitia sua aplicação a todos os projetos políticos nacionais, eliminando qualquer caracterização desse princípio como universal. A nação ainda continuava sendo definida em sua íntima relação com o território através de um processo político expansionista dos Estados.

Contudo, mesmo após o período de ascensão do liberalismo no século XIX, o conceito de nação aos padrões dos “modernistas” não conseguiu livrar-se tão facilmente de sua dimensão política. Outros autores além de Hobsbawm que se preocuparam em discutir a experiência nacionalista no século XX continuaram

¹² “Nos países que perseguiam o desenvolvimento econômico nacional contra a superioridade econômica da Inglaterra, no entanto, o livre-comércio smithiano era bem menos atrativo”. *Ibid*, p. 41.

¹³ List, Apud. *Ibid*, p. 42.

¹⁴ “Assim, na perspectiva da ideologia liberal, a nação (isto é, a grande nação viável) representava o estágio de evolução alcançado na metade do século XIX. Como vimos, a outra face da moeda ‘nação como progresso’ foi portanto, e logicamente, a assimilação de comunidades e povos menores aos maiores”. *Ibid*, p. 51.

ênfatizando o Estado-nação como principal elemento de caracterização do conceito assinalado. Um exemplo dessa perspectiva pode ser encontrado nas considerações de Ernest Gellner.

O autor em questão defende a idéia de que o nacionalismo deve ser entendido fundamentalmente como um princípio político definido pela aproximação da unidade nacional com a unidade política. Dessa maneira, o nacionalismo seria um sentimento passível de ser manifestado pela cólera provocada pela violação desse princípio ou pela satisfação de realizar a aproximação entre as unidades¹⁵. A preocupação central de Gellner é a legitimidade política sustentada pelo nacionalismo, que deve ser conquistada através do exercício do poder no Estado pela etnia mais numerosa entre os governados com o intuito de reduzir tensões internas, garantindo a convergência da unidade política à unidade nacional e a possibilidade de diversidade cultural.

Entretanto, a análise de Gellner mostra um impasse político no interior de sua significação, posto que “*Cualquier cálculo sensato arrojará probablemente un número de aquéllas (de naciones en potencia) muchísimo mayor que el de estados factibles que pudiera haber*¹⁶”. Existe aqui uma impossibilidade de concretização coletiva de todos os movimentos nacionalistas porque a própria sustentação do princípio político do nacionalismo cria obstáculos a distintos projetos nacionais que podem querer incorporar um mesmo território à unidade nacional que defendem. A dimensão necessariamente política do conceito de nação é portanto, conflituosa porque pressupõe a assimilação de um território que pode estar sendo ocupado, ou mesmo reivindicado por grupos considerados não-nacionais.

Por esse motivo, o Estado continua tendo um papel fundamental na concepção modernista de nação defendida por Gellner. O Estado, em sua acepção weberiana, “...como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos

¹⁵ “*Fundamentalmente, el nacionalismo es un principio político que sostiene que debe haber congruencia entre la unidad nacional y la política.*

Ya sea como sentimiento, ya como movimiento, la mejor manera de definir el nacionalismo es atendiendo a este principio. Sentimiento nacionalista es el estado de enojo que suscita la violación del principio o el de satisfacción que acompaña a su realización. Movimiento nacionalista es aquel que obra impulsado por un sentimiento de este tipo”. Ernest Gellner. *Naciones y Nacionalismo*. San Lorenzo: Alianza Editorial, 1991. p. 13.

¹⁶ *Ibid*, p. 15.

essenciais do Estado – reivindica o monopólio do uso da violência física¹⁷”, impede que qualquer movimento contestatório se transforme em legítimo movimento nacional. A função do Estado é racionalizar a coação física, sabendo aplicá-la com o intuito de manter a ordem em determinado território. Gellner corrobora a validade da definição weberiana de Estado ocidental centralizado, mesmo que admitindo a ineficiência de alguns desses Estados no processo de monopolização da violência, pois ainda que a coação não seja exercida de maneira única pelo Estado, ele pode continuar sendo reconhecido como instituição coercitiva por excelência, junto a outras formas de manutenção da ordem¹⁸.

A insistência de Gellner em apresentar uma concepção de Estado objetiva atrelando-a as características do nacionalismo impõe uma exigência conceitual pouco sustentável. Nessa perspectiva, uma dada sociedade somente possuiria condições para manifestar o princípio político do nacionalismo na medida em que apresentasse uma organização política semelhante ao Estado ocidental. Além de apenas ressaltar a dimensão política do conceito de nação, essa premissa limita a identificação de movimentos e fronteiras nacionais a modelos políticos circunscritos a um número limitado de comunidades humanas. O problema da obrigatoriedade do modelo de Estado ocidental para a atuação do nacionalismo é que reduz as questões nacionalistas à luta pelo poder reclamado por uma etnia que necessariamente deve buscar a coincidência de sua fronteira étnica a fronteira de atuação do Estado. Não parece plausível acreditar que, por exemplo, no Iraque do sunita Saddam Hussein não havia um Estado centralizado porque a maioria da população xiita estava distante das decisões políticas, ou mesmo que se os curdos realizassem uma eficiente ação política contra o Estado iraquiano, somente poderiam ser considerados nacionalistas se formassem um novo Estado capaz de convergir sua fronteira étnica à desse Estado para que o poder fosse exercido pelo maior grupo étnico.

Essas exigências estruturais defendidas por Gellner podem ser interpretadas como depositárias de um evolucionismo político capaz de dividir a humanidade em etapas de desenvolvimento social que teriam seu ápice na

¹⁷ Max Weber. *Ciência e Política – Duas Vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2002. p. 60.

¹⁸ “*En pocas palabras, hay estados que carecen ya de voluntad, ya de medios, para hacer efectivo su monopolio de la violencia legítima, y que, sin embargo, siguen siendo en muchos aspectos ‘estados’ reconocibles. (...) El estado constituye una elaboración importante y altamente distintiva de la división social del trabajo.*” Gellner, op cit. p. 16.

organização política do Estado ocidental centralizado¹⁹. O que se torna questionável na teoria do nacionalismo de Gellner não é necessariamente a idéia de que a nação é um conceito historicamente datado no interior da modernidade. A dificuldade de sua proposta se encontra na redução do conceito de nação a um esquema de desenvolvimento político da humanidade – entenda-se da Europa Ocidental – que estabelece frágeis precondições à existência de um sentimento nacional em uma dada comunidade humana.

Porém, em pontos específicos da teoria política da nacionalidade sustentada por Gellner há especificidades oportunas à formulação da dimensão política da nação. Ao assumir que elementos como a vontade e a cultura sejam demasiado abrangentes para a significação do termo, Gellner afirma que a manutenção de grupos humanos se baseia em uma relação dicotômica de adesão construída por sentimentos “positivos” de lealdade e solidariedade, assim como por sentimentos “negativos” de temor e coação²⁰.

Torna-se possível então, segundo a perspectiva de Gellner e Hobsbawm, atrelar as concepções políticas de Estado e nação a partir dos elementos coercitivos em que ambos são definidos, seja pelo monopólio da violência legítima invocado pelo Estado, ou mesmo pelo sentimento de amedrontamento que serve como mantenedor da unidade nacional.

A partir desses autores modernistas pode-se extrair duas conclusões relevantes ao estudo da possibilidade de se pensar o Estado atrelado a nação. Essa conexão teórica é um produto historicamente datado e requer um determinado grau de autonomia que pode estabelecer uma concorrência entre unidades político-militares em desiguais relações de força.

¹⁹ “A modo de anticipo, hay que hacer algunas observaciones históricas de carácter general acerca del estado. La humanidad ha vivido tres etapas fundamentales a lo largo de la historia: la pre-agraria, la agraria y la industrial. Los grupos de cazadores-recolectores eran y son demasiado pequeños como para permitir el tipo de división política del trabajo que constituye el estado. (...) La fase agraria de la historia del hombre es el período durante el cual, por decirlo así, la existencia misma del estado es una opción. (...) En cambio, en la era postagraria, industrial, vuelve a no haber opción; pero en este caso es la presencia, no la ausencia, del estado lo que es ineludible”. Ibid, pp. 17 e 18.

²⁰ “Sin embargo, en la formación y mantenimiento de los grupos se dan dos agentes genéricos o catalizadores claramente fundamentales: por un lado, la voluntad, la adhesión voluntaria y la identificación, la lealdade y la solidaridad, y, por otro, el temor, la opresión y la coacción. Estas dos posibilidades constituyen las bandas opuestas del espectro. Puede que hay comunidades que se basen de forma exclusiva o muy proponderante en una u otra, pero son más bien escasas. La mayoría de los grupos que perduran se basan en una mezcla de lealtad e identificación (de adhesión voluntaria) e incentivos – positivos o negativos – ajenos (esperanzas y temores)”. Ibid, pp. 77 e 78.

A defesa do caráter construtivo do Estado-nação não pertence exclusivamente aos dois autores assinalados. Benedict Anderson também realiza contribuições significativas a esse debate ao definir a nação “... como uma comunidade política imaginada - e imaginada como implicitamente limitada e soberana²¹”. O teor imaginativo da nação se encontra no argumento de que os integrantes de uma nação se alimentam de uma comunhão construída que não estabelece a obrigatoriedade de que um membro do grupo conheça todos os demais integrantes, mas a imagem de comunhão entre os mesmos é suficiente para garantir a constituição de um vínculo de comunidade²².

Dessa maneira, Benedict Anderson propõe que a consciência nacional seja imaginada a partir de elementos constitutivos comuns a todas as experiências de formação da nação. O primeiro subsídio da imaginação nacional seria sua capacidade de criação de fronteiras finitas que dariam às mesmas, condições de contenção de seu acesso, fazendo da nação uma comunidade limitada. Outro elemento adequado seria o empenho em afiançar que haja uma incontestável soberania dada a um Estado autônomo que zele pelos exclusivos interesses dos que a ele se encontram subordinados e, por fim, concebendo um sentimento de pertencimento à comunidade que fraternalmente faça seus integrantes se imaginarem como companheiros profundos e iguais.

Algumas críticas à Anderson tendem a desencorajar o teor quase idílico da existência de uma fraternidade horizontal entre os membros da comunidade nacional. Gopal Balakrishnan acredita que a concepção positiva que Anderson mostra do nacionalismo é capaz de ignorar a eficaz construção de concorrentes nacionais ameaçadores que ao promoverem um sentimento de temor coletivo podem ser tão dinâmicos na construção da união da comunidade nacional quanto qualquer outro elemento simbólico positivo²³. A imaginação nacional se alicerça

²¹ Benedict Anderson. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989. p. 14.

²² “Finalmente, a nação é imaginada como comunidade porque, sem considerar a desigualdade e exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal. Em última análise, essa fraternidade é que torna possível, no correr dos últimos dois séculos, que tantos milhões de pessoas, não só matem, mas morram voluntariamente por imaginações tão limitadas”. *Ibid*, p. 16.

²³ “Anderson tem uma visão quase uniformemente positiva do nacionalismo, afirmando que ele se sustenta no amor e na solidariedade políticos, e não no ódio e na comparação invejosa com o Inimigo”. Gopal Balakrishnan. “A Imaginação Nacional”. IN: Gopal Balakrishnan (org). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 217.

em solidariedades construídas que podem ser úteis às mais variadas finalidades, sejam elas ordenadoras ou mesmo belicosas.

O fundamento da nação enquanto comunidade imaginada desenvolvido por Anderson demonstra outros sinais de críticas admissíveis. Se as nações não são o resultado preciso de características comuns como a língua, a raça ou crença, parece discutível a idéia de que Europa Ocidental, as Américas e a Rússia criaram formas modelares de caracterização dos nacionalismos vivenciados em todo o mundo²⁴. Anderson parece condicionar os povos que sofreram o processo de colonização dos grandes impérios do final do século XIX até meados do século XX, a uma condição de meros receptores de formas paradigmáticas de imaginar a nação e seu discurso de coesão nacional para a luta anticolonial. Em seu estudo sobre o nacionalismo anticolonial em Bengala a partir das formas estéticas do drama literário bengalês, Partha Chatterjee mostra que as “formas modelares” de construção da nação pós-colonial se restringem ao modelo de formação do Estado liberal-democrático que teve sua eficiência sustentada pela sua capacidade de institucionalizar uma lógica burocrática que ignorava diferenças que eram centrais no Estado imperial como questões raciais, religiosas e sociais.

Portanto, criar uma relação de extrema dependência entre o modo de pensar do antigo colonizador e a formação de um ideário subversivo à relação metrópole-colônia se mostra bastante impreciso. Não se pode afirmar que o pensamento político produzido pelos impérios coloniais não tenha influenciado algumas experiências de contestação do *status quo* e até mesmo os projetos de nação pós-colonial pensados a partir da ação contestatória; mas identificar possíveis influências não determina apropriação de modelos. Basta que se considere o entendimento que Katherine Verdery apresenta para o citado debate teórico. Enquanto conceito inserido no contexto político da modernidade, a nação é um instrumento de classificação social cujo objetivo seria arraigar institucionalmente as bases de sua autoridade e legitimidade através da naturalização de categorias no interior da ordem social e simbólico-ideológica que consagram a interação social dos indivíduos. Se a construção da nação fosse a

²⁴ “A Europa e as Américas, os únicos verdadeiros sujeitos da história, elaboraram, em nosso benefício, não apenas o roteiro do esclarecimento e da exploração coloniais, mas também o de nossa resistência anticolonial e o de nossa miséria pós-colonial. Até nossa imaginação tem que permanecer perenemente colonizada”. Partha Chatterjee. “Comunidade Imaginada Por Quem?”. IN: Gopal Balakrishnan (org). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 229.

transposição de formas paradigmáticas de uma certa atividade política, não haveria a necessidade de se encontrar o conteúdo simbólico das nações e dos nacionalismos, posto que seria impraticável identificar em cada experiência de elaboração de projetos nacionais, os símbolos que lhe são próprios e que sustentam a coesão social do grupo que os invoca²⁵. Jamais se viu um argelino ou cambojano comemorar o feriado de sua independência cantarolando a Marselhesa porque os símbolos e rituais anticoloniais, por exemplo, são fatores elementares à construção do sentimento nacional das comunidades políticas que emergem de um processo de relação de forças.

Uma alternativa possível ao paradigma modernista do conceito de nação é a análise etno-simbolista. Esse modelo teórico enfatiza a importância de elementos subjetivos e simbólicos na construção da nação e do nacionalismo, valendo-se da afirmação constante da conservação da etnicidade nesses conceitos. A maneira mais eficiente de se chegar a uma definição precisa do etno-simbolismo é a exposição de suas críticas à concepção modernista de nação. Uma das questões não respondidas pelo paradigma modernista versa sobre a presença de uma cultura pré-existente e de laços étnicos nas nações modernas. Para os modernistas não há como admitir a construção autêntica de estruturas sociais ao longo de gerações contínuas, o que vincula nação e o nacionalismo obrigatoriamente a modelos estatais burocráticos próprios da modernidade.

De acordo com Anthony Smith, esse tipo de análise “modernista” diminui o papel das ações populares na formação das nações, pois ao ignorar o desempenho das gerações passadas na experiência nacional, cria-se uma leitura elitista da formação das nações que condiciona a edificação de qualquer projeto nacional a minorias políticas. Quando se interroga a participação de laços sociais extraídos de culturas pré-existentes, como fazem os modernistas, tem-se um descaso com as “dimensões afetivas” das nações e dos nacionalismos²⁶. O

²⁵ “... o nacionalismo é a utilização do símbolo ‘nação’ pelo discurso e a atividade política, bem como o sentimento que leva as pessoas a reagirem ao uso desse símbolo. Ele é um discurso homogeneizador, diferenciador ou classificatório: dirige seu apelo a pessoas que supostamente tem coisas em comum, em contraste com pessoas que se acredita não terem ligação mútua. Nos nacionalismos modernos, entre as coisas mais importantes a ter em comum figuram certas formas de cultura e tradição, além de uma história específica”. Katherine Verdery. “Para Onde Vão a ‘Nação’ e o ‘Nacionalismo?’” IN: Gopal Balakrishnan (org). *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 240.

²⁶ “*This brings us to the central problem of every kind of modernist analysis, whether of Gellner, Breuille, Kedourie or Anderson. I refer to their systematic failure to accord any weight to the pre-existing cultures and ethnic ties of the nations that emerged in the modern epoch, thereby*

paradigma etno-simbólico valoriza, portanto, elementos como a memória, os mitos, os símbolos e tradições étnicas transmitidos ao longo de muitas gerações, já que esses elementos simbólicos influenciam as ações dos dirigentes políticos e da elite intelectual que sustenta determinado projeto nacional. As mudanças conceituais trazidas por um projeto de nação vitorioso são balizadas por normas culturais compartilhadas pelos seguidores desses projetos.

Se as questões simbólicas possuem grau tão elevado de importância no interior de identidades culturais coletivas, torna-se preciso estimar o papel das etnias na história das nações. Nesse sentido, o etno-simbolismo sugere que a nação seja vista a partir de seus entrosamentos coletivos identificáveis historicamente, desviando seu olhar para elementos culturais profundos, ao invés de depender de explicações meramente políticas e econômicas que faziam das nações produtos triviais da modernidade.

O debate em torno do conceito de nação não se esgota no campo historiográfico, e nessa dissertação, estará presente em seus três capítulos. O primeiro discute o embate público entre dois projetos de nação concorrentes na política iraniana: a proposta modernizadora e “ocidentalizante” defendida pelo Xá Mohammed Reza Pahlavi em sua Revolução Branca de 1962, e nação como comunidade religiosa sustentada pelo aiatolá Khomeini. Os documentos utilizados nesse capítulo encontram-se vinculados à textos e discursos comprometidos com a exposição desses projetos nacionais. O conceito de nação de Reza Pahlavi pôde ser extraído de sua obra *The White Revolution of Iran* de 1967. A definição de nação e o vocabulário político que consagra esse termo na ação política xiita duodécima no Irã estão presentes em um conjunto de discursos do aiatolá Khomeini proferidos em 1978.

O segundo capítulo contempla o período de consolidação do projeto vitorioso, levando setores do xiismo duodécimo ao controle do Estado iraniano e à aplicação de uma concepção de nação comprometida em construir a hegemonia dos partidários de Khomeini no sistema político iraniano. Esse processo político

precluding any understanding of the popular roots and widespread appeal of nationalism. These limitations include:

- 1- *a failure to distinguish genuine constructs from long-term processes and structures in which successive generations have been socialized;*
- 2- *a concentration on elite actions at the expenses of popular beliefs and actions, and*
- 3- *a neglect of the powerful affective dimensions of nations and nationalism”. Anthony Smith. Op. cit, pp. 8 e 9.*

será identificado nos artigos da Constituição iraniana aprovada após a Revolução Islâmica de 1979.

Por fim, no terceiro capítulo, a Guerra Irã-Iraque se transforma no palco principal desses dois grandes projetos de nação encabeçados pelas forças envolvidas no conflito e que se pretendiam exportáveis à toda a região. Os materiais utilizados para a análise desse momento são três panfletos produzidos pelo governo iraniano durante a guerra: *Um Olhar Pela República Islâmica do Irão*, *Sexta-Feira Sangrenta: O Massacre do Regime Iraniano contra a População de Halabja*; e *Guerra Imposta, Paz Imposta*.